

# COMENTÁRIO DAS QUESTÕES DA PROVA PARA AFRE RS – BANCA FUNDATEC

## DIREITO ADMINISTRATIVO

**QUESTÃO 32** – Os atos administrativos estão sujeitos a um regime jurídico especial, que se traduz pela conjugação de certos atributos, dentre os quais se incluem a presunção de legitimidade, imperatividade e autoexecutoriedade. Analise as seguintes assertivas sobre tais atributos dos atos administrativos:

I. A presunção de legitimidade indica que o ato administrativo usufrui de presunção de que foi praticado de acordo com a ordem jurídica e que o seu conteúdo fático traduz-se como verdadeiro. Este atributo acompanha todos os atos administrativos.

II. A imperatividade indica que os atos administrativos podem ser praticados independentemente da vontade dos destinatários. Este atributo está presente em todos os atos administrativos.

III. A autoexecutoriedade dos atos administrativos impede que os cidadãos provoquem o controle judicial preventivo sobre os atos administrativos, ressalvados os casos expressamente autorizados em lei.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

GABARITO: LETRA A

COMENTÁRIO:

O item I está certa, uma vez que TODO ato administrativo é presumidamente legítimo (apesar de a presunção ser relativa). A afirmativa de que “o seu conteúdo fático traduz-se como verdadeiro” refere-se mais propriamente à presunção de veracidade do que presunção de legitimidade, mas, de forma ampla, a afirmativa está correta.

O item II está errado pois NEM TODO ato tem imperatividade, como aqueles editados a pedido do particular.

O item III está errado pois a autoexecutoriedade não impede o acesso ao judiciário pelo particular (princípio da inafastabilidade do controle judicial).

**QUESTÃO 34** – Analise as seguintes assertivas sobre o poder de polícia exercido pela Administração Pública:

- I. O exercício do poder de polícia pela Administração Pública não está sujeito à análise pelo Poder Judiciário, face ao princípio da autonomia entre os Poderes do Estado.
  - II. O poder de polícia da Administração Pública poderá ser exercido tanto em caráter preventivo como repressivo.
  - III. O poder de polícia da Administração Pública é de natureza vinculada, não havendo espaço para atuação discricionária, tanto em relação à valoração da atividade policiada quanto em relação à eleição da medida aplicável.
- Quais estão corretas?
- A) Apenas I.
  - B) Apenas II.
  - C) Apenas III.
  - D) Apenas I e II.
  - E) Apenas II e III.

GABARITO: LETRA B

COMENTÁRIO:

O item I está errado pois o poder de polícia não impede o acesso ao judiciário pelo particular (princípio da inafastabilidade do controle judicial).

O item II está certo. O poder de polícia pode ser feito preventivamente ou repressivamente.

O item III está errado, pois o poder de polícia em regra é discricionário.

**QUESTÃO 36** – Analise as seguintes assertivas sobre as licitações, conforme a regulamentação prevista na Lei nº 8.666/93:

- I. O convite é uma modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao objeto a ser contratado, na qual somente poderá participar o licitante previamente cadastrado.
  - II. O leilão é modalidade de licitação adequada para a venda de bens imóveis da Administração Pública, dependendo, para a sua realização, de prévia autorização legislativa.
  - III. A realização de licitação é inexigível quando houver inviabilidade de competição.
- Quais estão corretas?
- A) Apenas I.
  - B) Apenas II.
  - C) Apenas III.
  - D) Apenas I e II.
  - E) Apenas II e III.

GABARITO: LETRA C

COMENTÁRIO:

O item I está errado, pois no convite serão convidadas empresas cadastradas ou não.

O item II está errado, pois a venda de imóveis deve ser feita em regra por concorrência (e não por leilão) e só será exigida a autorização legislativa para a venda de imóveis da Administração Direta, autárquica e fundacional.

O item III está certo. Quando não houver viabilidade de competição, ocorre a inexigibilidade.

**QUESTÃO 37** – A expressão *agentes públicos* indica as pessoas que exercem funções públicas como prepostos do Estado. Analise as seguintes assertivas sobre os agentes públicos:

I. A função de agente público poderá ser transitória ou definitiva, mas sempre estará vinculada a presença de alguma espécie de remuneração.

II. A Administração Pública poderá contar com agentes particulares, colaboradores no exercício da atividade administrativa, mas eles não poderão ser considerados como agentes públicos.

III. Os agentes políticos representam uma categoria de agentes públicos.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

GABARITO: LETRA C

COMENTÁRIO:

O item I está errado, pois agentes públicos podem não ter remuneração, como no caso dos mesários, jurados...

O item II está errado, pois os particulares em colaboração com a Administração são agentes públicos.

O item III está certo. Os agentes políticos são espécie de agentes públicos.

**QUESTÃO 38** – A Constituição Federal determina que a Administração Pública direta e indireta deva ser submetida aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Analise as seguintes assertivas sobre o princípio da eficiência:

I. A importância assumida pelo princípio da eficiência possibilita a sua sobreposição em

relação aos demais princípios da Administração Pública, em especial em relação ao princípio da legalidade.

II. O princípio da eficiência pode ser considerado em relação ao modo de atuação do agente público, ao qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições.

III. A adequação do modo de organização, estrutura e disciplina da Administração Pública estão relacionadas ao princípio da eficiência.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

GABARITO: LETRA E

COMENTÁRIO:

O item I está errado. Nenhum princípio pode se sobrepor aos demais.

O itens II e III estão certos.

**QUESTÃO 39** – As concessões de serviços públicos e de obras públicas e as permissões de serviços públicos são regidas pela Lei nº 8.987/95. Analise as seguintes assertivas, de acordo com essa legislação:

I. O poder concedente publicará, previamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga de concessão e permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo.

II. Considera-se adequado o serviço público que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade da tarifa.

III. A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação, não podendo sofrer revisão durante o prazo de duração do contrato.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

GABARITO: LETRA D

COMENTÁRIO:

O item I está certo. Art. 5º da lei 8987.

O item II está certo. Art. 6º da lei 8987.

O item III está errado pois pode haver a revisão do valor da tarifa durante o prazo contratual.

**QUESTÃO 40** – Os contratos administrativos, regulados pela Lei nº 8.666/93, regem-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, com aplicação supletiva dos princípios e da teoria geral dos contratos e das disposições de direito privado. Analise as seguintes assertivas sobre esse tema:

I. Os contratos administrativos têm como principal característica o fato de serem firmados entre a Administração Pública e terceiros, particulares ou não, sendo atribuída ao Ente Público uma série de prerrogativas, as quais o contratado deve submeter-se, denominadas cláusulas exorbitantes.

II. As cláusulas exorbitantes devem, necessariamente, constarem de forma expressa no texto do contrato administrativo, proporcionando, assim, segurança negocial.

III. A Administração Pública poderá renunciar aos benefícios das cláusulas exorbitantes, mediante previsão expressa constante do contrato administrativo.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

GABARITO: LETRA A

COMENTÁRIO:

O item I está certo.

O item II está errado. As cláusulas exorbitantes não precisam estar **NECESSARIAMENTE** previstos no contrato pois decorrem da lei 8666.

O item III está errado. A Administração não pode renunciar a seus benefícios, em decorrência do princípio da indisponibilidade do interesse público.